

José Eduardo Franco • Luís Machado de Abreu
COORDENAÇÃO

PARA A

HISTÓRIA DAS ORDENS

E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS
EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

Volume II

Cristiana Lucas da Silva
COORDENAÇÃO EXECUTIVA



OS JESUÍTAS E A LEGITIMAÇÃO SACRAL
DA CASA DE BRAGANÇA.
UM ESTUDO DE CASO: O *ELOGIUM TRIUMPHALE* (1647)
DO P.^E FRANCISCO MACHADO, SJ

O ideal missionário da Companhia de Jesus, forjado no processo individual de conversão de S.^{to} Inácio de Loyola e nos seus *Exercícios Espirituais*, que formariam sucessivas gerações de jesuítas, esse ideal de missão *ad maiorem Dei gloriam*, ao serviço do Rei Eterno, foi como semente espiritual que encontrou, no Reino de Portugal e na Coroa portuguesa, a terra mais apta onde se desenvolver, crescer e dar fruto.

A primeira actividade missionária *ad gentes* da Companhia foi ao serviço do Rei de Portugal, que expressamente a solicitou junto do Papa, para evangelização da Índia. Tal acaso da Providência havia de marcar as relações entre a jovem Ordem religiosa e a Coroa portuguesa. E assim é que as novas terras descobertas e a presença portuguesa nos mundos até então desconhecidos, a Oriente e a Ocidente, não podem dissociar-se da presença missionária da Companhia de Jesus.

Cem anos depois da sua aprovação formal, quando a Companhia celebra o jubileu do seu centenário, multiplicam-se nesta Ordem as publicações marcadas por um tom apologético e triunfalista, revelador não só de uma autoconsciência épica, como também de uma necessária reacção a alguns "anticorpos" que entretanto ganhavam forma, fruto, em parte, do elevado prestígio e rápido sucesso e visibilidade que esta ordem religiosa de pronto alcançara.¹

Nas suas obras, educativa e missionária, a Companhia de Jesus foi desde sempre protegida e favorecida pela Coroa, mas também lhe prestava relevantes serviços quer no Reino, na formação das elites e dos missionários que conformariam a presença portuguesa nas terras onde missionava, quer nestas terras, garantindo uma presença empenhada na formação de missionários e de locais, quer ainda nas relações diplomáticas onde elas eram necessárias. Na relação com a Coroa portuguesa, a Companhia de Jesus tinha uma clara consciência deste auxílio recíproco.

Desde os primeiros passos da expansão portuguesa, os reis de Portugal tinham abrigado os seus intentos expansionistas sob o "estandarte da cruz", como mais tarde viria a escrever D. Manuel ao papa Leão X, em 1513.² A Companhia, nova *militia Christi* que se perfilava sob o estandarte do "Rei Eterno", recebia pela mão de D. João III a missão que o mesmo "Rei Eterno" lhe confiava, numa feliz coincidência de imagens: o estandarte da cruz e o estandarte do Rei Eterno.³

Durante a crise sucessória de 1580 e no longo período de monarquia dual, institucionalmente, a Companhia não assumiu qualquer partido, mas o seu papel não foi neutral. Muitos dos seus

¹ Veja-se a este propósito José Eduardo Franco, *O mito dos jesuítas*, vol. I, Lisboa, Gradiva, 2006.

² Esta carta encontra-se traduzida e estudada por Nair C. Soares, "A carta de D. Manuel ao Papa Leão X (1513)", *Biblos*, Coimbra, Faculdade de Letras da UC, 2004, pp. 99-129.

³ Cf. *Exercícios Espirituais*, § 91-97. Usamos a tradução de Vital Dias Ferreira, Braga, Apostolado da Oração, 1983.

membros não se eximiram de manifestar, sobretudo na cátedra, no púlpito, nas orações públicas, mas também na imprensa, de modo mais ou menos velado, as suas convicções autonomistas. Na literatura novilatina jesuítica que escapou à ruína da perseguição, encontramos frequentemente o desenvolvimento de motivos, um passo, uma menção, outras vezes, uma omissão, que exprimem da parte dos seus autores a intenção de activar mitos nacionais, de estimular no seu auditório o fervor autonomista e o desejo de aclamar um rei natural.

Quando em 1640 foi aclamado D. João IV, a Companhia não se poupou a manifestações de apoio e de júbilo, não só no Reino como na diáspora. Nestas manifestações, transparece sempre a privilegiada relação da Companhia com a Coroa portuguesa.

Em Coimbra, por exemplo, nos Colégios de Jesus e das Artes, embora não houvesse ainda informação certa nem carta sobre o que se passava em Lisboa, os estudantes deram vivas a “el-Rei” no pátio das escolas e vieram para as ruas e praças da cidade fazer o mesmo, deixando o povo em alvoroço.⁴ Os padres jesuítas decretaram três dias de oração diante do Santíssimo Sacramento exposto, “pedindo a Nosso Sor pusesse os olhos neste Reino favorecendo a Sua Magestade em empresa tam justa e necessária”⁵. Logo no primeiro dia de oração, que foi a 6 de Dezembro, chegando cartas com a notícia do sucedido em Lisboa, mandaram repicar os sinos, inaugurando uma série de celebrações entre procissões, discursos, sermões, concursos poéticos, etc. E quando o bispo da cidade e a Universidade decretaram as suas festividades, os Colégios da Companhia ajudaram a celebrizá-las, pois reconheciam-se como objecto da “benevolência da Real Casa de Bragança” e confessavam que a Companhia devia aos antecessores de D. João IV “o ser, a dilatação e o aumento com que até agora florece”⁶.

Em trabalhos de referência nesta matéria, como *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal*, de Francisco Rodrigues ou, mais recentemente, *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, de João Francisco Marques, encontramos muitos nomes de padres jesuítas, sobretudo oradores.⁷ Entre eles encontra-se também o jesuíta Francisco Machado, o autor do *Elogium triumphale*.

O P.^e Francisco Machado, que foi um assinalável mestre de Retórica no Colégio de Coimbra e teve a seu cargo a Oração de Sapiência da Universidade, no ano de 1629, provavelmente viveu numa das casas da Companhia em Lisboa durante a década de quarenta.⁸ Fá-lo supor um sermão que pregou no Colégio de S.^{to} Antão em 1643 e confirmam-no os catálogos da Companhia que o dão como Prefeito dos Estudos daquele Colégio (pelo menos a partir de

⁴ *A Relação das Festas da Aclamação no Colégio das Artes (1640)*, manuscrito da Livraria 2147 (fls. 1-5v) do ANTT, foi publicada por João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, vol. II, Porto, INIC, 1989, pp. 533-536.

⁵ *Ibidem*, p. 534.

⁶ *Ibidem*, p. 533.

⁷ Francisco Rodrigues, “A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal 1640”, *Anais da APH*, 1.^a série, vol. VI, Lisboa, 1942, pp. 323-425.

⁸ Veja-se Carlota Miranda Urbano, *A Oração de Sapiência do P. Francisco Machado SJ-Coimbra, 1629. Estudo. Tradução. Comentário*, Lisboa, Colibri, 2001.

1645). Da obra do latinista conhecem-se, para além de algumas *orationes* latinas, alguns poemas e uma vida de D. João IV (*Mausoleum Maiestatis seu uitae et obitus compendium*).

O texto que nos propomos apresentar neste estudo, o *Elogium Triumphale*, resulta de um episódio ocorrido em 1647, a saber, um atentado que procurou vitimar D. João IV durante a procissão solene do Corpo de Deus, e do qual o rei saiu ileso. O caso foi muitíssimo falado, embora não tivesse chegado a consumir-se uma situação de perigo real, por desistência do executor da tentativa.⁹

D. Francisco Manuel de Melo e António Sousa de Macedo são dois dos nomes, entre vários, que a este propósito vieram com os seus escritos corroborar a legitimidade de D. João IV, quer pela via argumentativa que classificava Filipe de Espanha como um tirano, atribuindo a responsabilidade moral do atentado à Casa de Habsburgo, quer também pela via que atribuía à Providência divina o fracasso do atentado, confirmando-se com este prodígio que Deus sancionava a aclamação de D. João IV como reposição da justiça.

Estas duas linhas argumentativas, a que denuncia, na base da união das coroas, um gesto de usurpação por parte de Filipe II, fazendo dele um tirano, e a que confere à aclamação de D. João IV um sentido místico e providencial, aparecem intimamente associadas na literatura que pela ocasião foi publicada e que se destinava certamente a divulgar o acontecimento, alimentando assim a causa nacional. Na miscelânea 398 da BGUC, reúnem-se vários textos sobre o mesmo episódio, opúsculos editados na maior parte dos casos em 1647, alguns números da *Gazeta da Restauração*, que terminou precisamente neste ano, e o próprio *Elogium Triumphale*, composto em latim, por provavelmente se destinar a uma divulgação do acontecimento no plano internacional.

O sucesso do movimento separatista na aclamação de D. João IV, em 1640, tinha sido envolvido, desde a primeira hora, por uma aura sobrenatural. De resto, esse mesmo sucesso foi preparado durante décadas por um contexto mítico e místico, a que a Companhia de Jesus não foi de todo alheia, sobretudo nos seus escritos, pela activação de mitos nacionais que foram eficazes na estimulação de uma vontade separatista e de autonomia da Coroa portuguesa.¹⁰

Na mentalidade nacional de Seiscentos, e neste contexto da polémica da Restauração, os factos têm uma dimensão sacral. Deus fala ao homem na história e nela revela a sua vontade e, em várias ocasiões, os defensores da Restauração vislumbraram esses sinais e relacionaram-nos com velhos mitos que durante o período filipino tinham exercido um papel importante na auto-estima nacional.

Desde logo, na procissão de acção de graças pelo sucesso da aclamação, presidida por D. Rodrigo da Cunha, o acidente em que se desprende da cruz o braço direito de Cristo foi

⁹ O assunto foi muitíssimo glosado na literatura da época e inspirou mais tarde Camilo Castelo Branco, que escreveu sobre esse português que estaria ao serviço de Domingos Leite Castela, um romance histórico a que deu o título de *O Regicida*.

¹⁰ Veja-se por exemplo Carlota Miranda Urbano, “Poesia épica no período filipino. O *Pro Elisabetha Regina Lusitanorum Poema epicum* (1626) do P. Francisco Macedo SJ”, *Humanitas*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, n.º 53, 2001, pp. 343-364.

objecto de uma leitura profética e mística.¹¹ Tal facto só podia ser sinal da protecção divina contra o poder de Espanha. Francisco Machado, no sermão pelo sucesso das armas e jornada de D. João IV em 1643, toma por tema a passagem bíblica da oração de Judite: *Erige domine brachium tuum sicut ab initio* (erguei Senhor o vosso braço, como desde o início), aplicando estas palavras ao caso português e referindo-se ao episódio do braço desprendido do crucifixo. Nas suas palavras proferidas neste sermão, Portugal teve dois princípios: um na sua Fundação e outro na sua Restauração. Em ambos “levantou em nosso socorro seu braço omnipotente Christo crucificado”.

António Sousa de Macedo, no *Panegírico sobre o milagroso sucesso com que Deos livrou a el Rey Nosso Senhor da sacrílega treição dos castelhanos*, associa vários factos, que lê como prodigiosos sinais divinos.¹² Não resistimos a citar o passo em que mostra que a desistência do atentado foi tida como sinal de confirmação da protecção divina em relação a Portugal:

Certificounos a assistência do Ceo. Deos avia prometido por bocas dos prophetas, em varias partes, & pella sua própria no Campo de Ourique, porem os incrédulos mal criam sem ver. Mostrou à vista no prodigioso modo de nossa restituição, em despregar nella seu braço da Cruz, como que com sua mão nos tirava o jugo, e avia de defender nossa liberdade: a tudo inimigos chamavam acaso (grãde acaso, o que nunca teve semelhante) Mas já agora, quem vio a preparação mais prompta, não executada: a deliberação mais firme arrependida: o maior atrevimento covarde: & tal mudança tão subitamente, não pode dizer, que faltou occasião, pois o tiro se offereceu certo: nem que foi por inconsideração, pois se cuidou tanto: nem que ouve medo, pois a retirada estava segura; deve confessar, que foi // immediata acção daquella omnipotência, que de nada fez tudo, & faz muito por instantes.

Aquella voz que impedio o golpe sobre a garganta de Isac, impedio o tiro ao peito de João: aquella força, que venceu sem armas a gigantea soberba do Philisteu armado, venceu sem prevenção a aleivosa traça do Castelhana prevenido: aquella luz, que alumiou Saulo, porque não perseguisse os Christãos, alumiou este atrevido, porque não derribasse hua columna da Igreja, & misteriosamente obrou pello sacramento do altar, passando pela rua na sua geral procissão, dando nascimento ao glorioso Rey D. Manoel, por representação de cuja vida succedeo na Coroa nosso Rey; se fique entendendo que està à conta de Deos sacramentado dar, & continuar o direito desta vida, desta linha, desta sucessão.

Note-se neste relato uma dupla filiação do prodígio. Por um lado, ele aparece associado a uma série de imagens bíblicas que lhe conferem autoridade, por outro surge também filiado na mítica nacional que dava corpo à ideologia messiânica, nascida do “milagre de Ourique”.

A ideia de que Domingos Leite (assim se chamava o escrivão de Lisboa, segundo a literatura da época, ao serviço de Castela) desistira do intento como que detido por uma força sobrenatural que o deixara paralisado de terror ao ver a majestade “d’el-Rei” era ideia correntíssima na

¹¹ Sobre a validação sobrenatural da Restauração por meio deste episódio, veja-se, p. ex., João Francisco Marques, *op. cit.*, vol II, pp. 227-241.

¹² BGUC, misc. 398.

época e passou à historiografia posterior.¹³ Todos os relatos que vimos atribuem o prodígio do acontecimento às mesmas razões. A visão do rei deixara paralisado o que se preparava para disparar sobre ele.

O *Elogium Triumphale* do P.^e Francisco Machado não é excepção, mas vai mais longe e explora ao extremo a linha de legitimação sacral de D. João IV, mitificando a própria figura do rei.

Muito ao gosto de uma estética barroca, o jesuíta hiperboliza sem pudores uma associação entre o rei, que vê a sua vida exposta ao perigo de morte, e o próprio Corpo de Deus que é sinal da morte e entrega de Cristo, tendo sempre como pano de fundo e dando como pressuposta uma legitimação sacral da aclamação de D. João IV.

Inicialmente, o jesuíta apresenta o rei como um mártir que não teme a morte e confia inteiramente em Deus. Diz que ele pressentiu o perigo mas integrou a procissão. A sua fé inabalável foi mais forte do que a perfídia do traidor e com o seu brilho cegou os olhos de quem apontava sobre ele.

– Sei que nesta procissão um perigo pende sobre mim; mas Deus, cuja causa abraço, há-de velar pela minha vida.

Ó fé admirável!

Preferiste a piedade à vida, a religião à púrpura, preferiste Deus, a ti próprio. E porque tens uma grande fé em Deus, fazes grandes coisas para além da fé.¹⁴

Desenvolvendo de seguida um paralelo entre o atentado e a própria paixão de Cristo, Francisco Machado acentua o processo de vitimização do rei. Como caem por terra Judas e os guardas que prendem Jesus no horto (de acordo com o relato joanino), também cai por terra este inimigo de D. João IV. A sua traição, porém, é um crime pior do que o de Judas, pois se este apenas traiu, aquele preparava-se para trair e para matar. Judas fê-lo oculto pelas trevas da noite, este à luz do dia desvendou o seu crime.

Fazendo uso dos habituais tópicos e jogos de palavras em que o barroco é fértil, Francisco Machado não só vitimiza o rei como o identifica com “a Vítima” por excelência:

Porém, alcançaste no próprio inimigo o anúncio da sua torpeza e do teu triunfo. Ele próprio admiravelmente confessou a visão de uma majestade mais divina que humana que lhe inspirou deixar passar [incólume] o Rei.

¹³ Veja-se Damião António de Lemos Faria e Castro, *História Geral de Portugal* (1788), vol. XVIII, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1804-1830.

¹⁴ “Scio in hac pompa imminens mihi periculum; Sed Deus, cuius suscipio causam meam tuebitur uitam. Pordigiosa fides! Praeposuisti pietatem uitae, religionem purpurae, Deum tibi; sed quia magnam habes in Deo fidem, ages máxima supra fidem.”, cf. *Elogium Triumphale*, BGUC, misc. 398, 6208, A.

Ó confissão admirável: de tal modo à Hóstia te assemelhas que cai o inimigo. Pois Deus, que no pão ocultou a sua imagem de homem visível, revela no teu rosto Deus invisível.¹⁵

Note-se um jogo de palavras intraduzível no português, entre *hóstia* “vítima”, que no português já não tem memória desse sentido mas significa o pão sacramentado, e *hostis*, “inimigo”: *sacrosanta uisus es Hostia ut caderet hostes*. Note-se também que a majestade do rei é mais divina do que humana, que no seu rosto Deus revelou o Deus invisível, por isso o que perpetrava o homicídio ficara mirrado de pavor, como se estivera no Juízo final.

O facto de o atentado ter tido lugar numa celebração com a solenidade e a sacralidade da procissão do Corpo de Deus só vem reforçar com traços de impiedade sacrílega a caracterização do rei espanhol como tirano.

Coisa horrenda de se dizer: um Rei ordena que a procissão triunfal do Corpo de Deus seja manchada com a tua morte!

Mas até nisto pareces assemelhar-te a Deus, porque em ti Ele designou uma nova vítima triunfal. E enquanto Deus morreu pelos homens, tu morrerias também por Deus.

Oh, como invejariam a tua sorte os santos do céu. Muitos morreram por causa de Cristo, tu morrerias como Cristo.¹⁶

E sem que as possamos separar, a argumentação que legitima a aclamação de D. João IV com a tirania de Filipe III, surge indissociável da argumentação sacral que vê em D. João IV o rei dado ao reino por Deus, um messias, que se prestaria a ser uma nova vítima triunfal. O rei, quase canonizado em vida, a quem até os santos invejariam a sorte, pois ele poderia ter morrido como Cristo (porque na procissão solene do Corpo de Deus), quase se identifica com o próprio Cristo.

A imagem do rei e a legitimidade do seu trono saem reforçados desta investida. Nas palavras de Francisco Machado *periculum mortis abiit in prodigium uitae*, e do perigo de morte resulta, com efeito, um reforço¹⁷ que se vê corroborado pela leitura mais uma vez providencialista da coincidência de D. Manuel ter nascido também no dia de Corpo de Deus. O facto logo é

¹⁵ “Attamen hostem ipsum habuisti praeconem probrui sui, triumphii Tui. Oppositam sibi diuinitus fassus est maiestatem humana augustiorum, quae praetereuntem affluit Regem. Mirum dictu: Sacrosancta uisus es Hóstia, ut caderet hostis. Nam qui Deus se uisibilem hominem celauit in pane, inuisibilem tanquam Deum te ostendit in facie.”, *ibidem*, A v.

¹⁶ “Horrendum dictu: Rex quidam iussit triumphalem Corporis Christi pompam tua funectari caede; sed in hoc te Deo similem uisus est faceres quia te nouam destinauit uictimam triumphalem; nisi quod Deus uictima cecidit pro hominibus tu uictima caderes, etiam pro Deo. O Quantum sorti Caelites inuiderent tuae! Multi ceciderunt propter Christum. Tu caderes, tanquam Christus.”, *ibidem*, A3.

¹⁷ O que se confirmou mesmo na opinião popular. Cf. António de Sousa de Macedo, *Panegyrico sobre o milagroso successo, com que Deos livrou a El Rey Nosso Senhor, da sacrilega treição dos castelhanos: dedicado a Magestade da Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1647: “Eu notei estes dias (sem encarecimento o digo) em toda esta cidade hum amor tão renovado para seu rey & um tal aborrecimento ao castelhano por este successo, que por vezes considerei que ele fora o maior socorro, que podíamos desejar”, cf. BGUC, misc. 398, p. 15.

visto, não só por Francisco Machado, mas por outros, como A. Macedo, como sinal que reafirma e legitima a linha sucessória da Casa de Bragança no trono, reforçando as ligações entre um rei de boa memória, como D. Manuel, e D. João IV, o seu digno descendente e sucessor.

Pois divinamente te recebemos redivivo e assim julgamos: O perigo da morte, tornou-se num prodígio de vida.

Na solenidade do Corpo de Deus, em feliz hora nasceu para vida el’Rei D, Manuel; No mesmo dia El’ rei D. João, como que renascendo, inaugurou uma nova vida.

Grande foi a glória de Manuel, maior a de João.

D. Manuel nasceu no dia, não durante a procissão.

João renasceu no dia e na procissão, porque nela renasceu para novos triunfos.

Manuel foi fortalecido com o bom presságio do seu nome: Deus com ele (Deus connosco).

Em João, não há o nome do avô, porém, a mão do Senhor está inteiramente com João.¹⁸

O contexto histórico deste opúsculo, a mentalidade e o “gosto” barrocos eram extremamente propícios ao desenvolvimento de um imaginário que lia simbolicamente os factos, atribuindo-lhes um significado providencial. Não é, por isso, de estranhar que dificilmente encontremos uma distinção entre argumentos de jurisprudência e argumentos de ordem teológica na literatura polémico-apologética que defende a legitimidade da Casa de Bragança no trono português. A fundamentação jurídica e a legitimação sacral da monarquia brigantina pela sua dimensão providencial concorrem para a consolidação da Coroa não só nos púlpitos mas também na diplomacia e na imprensa, e este tipo de argumentação estende-se a inúmeros autores, de juristas a diplomatas passando pelos pregadores.

A unidade destes dois tipos de argumentação mostra como, no séc. XVII português, a par do racionalismo emergente, assistimos a uma convivência muito natural com o maravilhoso e com o transcendente.

Neste aspecto a Companhia de Jesus não é excepção, pelo contrário, antes a podemos considerar, pelos seus traços identitários, pela sua mística do *Rei e do Reino*, especialmente chamada a unir estes dois filões argumentativos.

Para um jesuíta formado nos *Exercícios Espirituais* de S.^{to} Inácio, em que o *Reino* centrado na pessoa do *Rei* é o quadro místico para a “eleição” da vontade divina para melhor servir o “Rei eterno”, para um jesuíta que tem como pano de fundo da sua *praxis* missionária o *Reino*; para um jesuíta que tem no serviço desse *reino* a utopia/ideal que o move, ideal buscado efectivamente na acção no mundo temporal; para o jesuíta que além disto vê num rei temporal

¹⁸ “Tamen te diuinitus rediduiuum suscipimus, et credimus; periculum mortis abiit in prodigium uitae. In solenni diuini Corporis die Rex Emanuel feliciter natus ad uitam: eadem die Rex Ioannes, quasi renascens, nouam auspicatus est uitam, magna Emanuelis gloria, maior Iannis. Emanuel natus e adie, non ea pompa: Ioannes renatus, et die, et pompa, quia nouos reuixit ad triumphos. Emanuel fortitus est nomen ab omine, scilicet cum illo Deus. In Ioanne non Aui nomen, sed tota manus Domini cum Ioanne”, *ibidem*.

a encarnação dos mesmos ideais missionários *sub crucis uexillo* indissociáveis da sua própria história missionária, é natural uma leitura providencialista dos acontecimentos como “sinais” divinos que confirmam o lugar desse rei temporal no cumprimento dos desígnios divinos. Foi natural para o P.^e António Vieira e foi natural para muitos outros, de que o P.^e Francisco Machado é um exemplo.

Não pode deixar de nos surpreender e de nos desafiar a uma reflexão o que, com o estudo deste opúsculo latino do P.^e Machado, mais uma vez constatamos: a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa de dimensão transnacional, o que é visível na sua própria estrutura e organização, bem como na sua prática missionária e na sua vocação universal, na sua única obediência ao Papa, etc., esta mesma Companhia revela-se em Portugal, na sua história pré-pombalina, intrínseca e misticamente devotada a uma Coroa e a um Reino, e visivelmente empenhada na soberania desse Reino de Portugal.

Carlota Miranda Urbano*

* CECH - Universidade de Coimbra.

O ESTADO PORTUGUÊS E AS IRMANDADES E ORDENS TERCEIRAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA MONARQUIA LIBERAL

1. Introdução

Fazer bem ao próximo em situação de necessidade é uma exigência fundamental do Cristianismo. Tanto o “sermão da montanha” como a configuração do juízo final, de que dá testemunho o evangelista S. Mateus, não deixam qualquer dúvida. O cristão, cada cristão individual, é obrigado por lei divina a socorrer o pobre, o faminto, o desagasalhado, o doente, o preso. Mas a sociedade cristã muito cedo percebeu que a acção individual não era eficaz para resolver os problemas carenciais de muitos e que a resposta teria de vir da sociedade. Urgia criar instituições onde acolher e tratar os necessitados.

Sabemos alguma coisa do que nesse sentido se fez na Idade Média. Para além dos mosteiros das ordens mendicantes que, embora insistissem mais na pregação e na liturgia, tinham no seu programa o exercício material da caridade fraterna, foram aparecendo, por iniciativa de indivíduos ou de grupos organizados, as albergarias, as mercearias, as gafarias e os lazaretos, bem como hospitais de vários tipos, uns para meninos, outros para regeneração de mulheres e até hospitais termais.¹ Embora pequenas e em geral com poucas camas, estas instituições foram respondendo do modo que podiam às necessidades mais prementes.

Conhece-se, por outro lado, a dimensão assistencial das corporações de ofícios, que embora modesta foi muito útil, e também as práticas de ajuda social dos municípios: desde a Idade Média, por exemplo, a Câmara do Porto era administradora do Hospital de S. Lázaro, que foi mudando de sítio de acordo com a expansão da cidade². Também cabia aos concelhos encontrar solução para o acolhimento de crianças enjeitadas e abandonadas. Acrescente-se ainda que o Colégio dos Órfãos, fundado nos meados do séc. XVII, era da jurisdição da Câmara.

Nos finais do séc. XV, precisamente em 15 de Agosto de 1498, surgiu em Lisboa a Confraria de N. Sr.^a da Misericórdia, cujo programa de acção – a prática das catorze obras de misericórdia – continua actual nos nossos dias, sendo o ponto essencial do Compromisso de todas as Santas Casas. É sabido que o mesmo impulso que fez brotar a Misericórdia de Lisboa espalhou-se rapidamente pelo País, do Minho ao Algarve, às Ilhas Atlânticas e, em breve, a todo o Império colonial lusitano. Desde a fundação da de Lisboa até à proclamação da República, em 1910, foi possível comprovar a criação de 436 Misericórdias em Portugal continental, insular e nas colónias ultramarinas, incluindo o Norte de África, a Índia e o Brasil.³

¹ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 103.

² Ainda hoje funciona sob a dependência da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

³ José Pedro Paiva, “O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910)”, in *A Solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras*, Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, Santa Casa – Alétheia, p. 405.